



DOMINAÇÃO MASCULINA E AS PRÁTICAS DE ENFERMAGEM

ARTIGO ORIGINAL

CARNEIRO, Shayanna Mickaela Duque¹, SILVA, Jéssica Íris Franco da², SILVA, Hallyson Leno Lucas da³, LIMA, Maria Juraci de Oliveira⁴, MENEZES, Rejane Maria Paiva de⁵, MEDEIROS, Soraya Maria de⁶, OLIVEIRA, Jonas Sâmí Albuquerque de⁷

CARNEIRO, Shayanna Mickaela Duque. *et al.* **Dominação masculina e as práticas de enfermagem.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 04, Vol. 04, pp. 126-135. Abril de 2023. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/praticas-de-enfermagem>

RESUMO

Este estudo teve como objetivo refletir sobre a dominação masculina e os desafios de gênero na enfermagem nos dias atuais. Observa-se que o sistema patriarcal pode ser facilmente comparado ao capitalismo, pois em ambos existe como padrão uma classe explorada constituída por mulheres e a opressora composta por homens. Embora se tenha que considerar que, no sistema capitalista, parte da população masculina também seja explorada, há que se ressaltar que a exploração feminina tem matrizes diferenciadas. Os conflitos de relação de gênero estão presentes historicamente entre as atividades desenvolvidas pela enfermagem, composta predominantemente por mulheres, e as práticas médicas com domínio principalmente masculino. O cuidado, instrumento de trabalho da enfermagem, sempre foi associado ao sexo feminino e muitas vezes é confundido com as obrigações domésticas ou assistência à família. Merece destaque também o conservadorismo médico quanto à questão de mudanças nos serviços partindo das enfermeiras. Para eles, é inadmissível que uma mulher, um ser inferior, responsável apenas pela execução das atividades prescritas por eles, tenha a capacidade de realizar mudanças institucionais permitindo melhorias para o serviço e, conseqüentemente, para os clientes. As lutas feministas proporcionaram avanços em todo o mundo, mas no âmbito da saúde, quando nos referimos à enfermagem e à medicina, ainda é preciso avançar, pois na maioria das instituições de saúde predominam as organizações médicas de forma hierárquica e verticalizada, reservando para as enfermeiras lugares inferiores aos médicos. Ainda há um grande caminho a ser percorrido pela enfermagem, mas os autores acreditam que o reconhecimento da necessidade da mudança pode ser considerado como o recomeço.

Palavras-chave: Enfermagem, Gênero, Androcentrismo, Sexismo, Capitalismo.



INTRODUÇÃO

A sociedade matriarcal, no período pré-histórico, foi marcada pela posição de liderança ocupada pelas mulheres na comunidade e na família. Contudo, após a transição para a sociedade patriarcal, as mulheres foram rotuladas como seres insignificantes e confinadas a espaços considerados como ambientes femininos. Foram proibidas de desenvolver toda a sua capacidade intelectual e habilidades, tendo apenas como opção seus lares e núcleos familiares (DEVREUX, 2011).

A exclusão da mulher, submissão e desigualdades inicialmente foram fundamentadas pelos discursos misóginos, baseados em aspectos biológicos tendo, como consequência, uma compreensão de fragilidade feminina, bem como a criação de ambientes e atividades exclusivamente masculinas (DEVREUX, 2011). Como exemplo, em alguns registros sobre a mitologia grega, é descrita a presença feminina da deusa Atena, que simboliza a inteligência. Contudo, a história traz seu nascimento como fruto da cabeça de Zeus e não gerada por uma mulher. Com base neste contexto, pode-se observar a mulher sendo esculpida como um ser inferior ao homem e inabilitada de produzir algo que possua capacidade intelectual (PACHECO, 2015).

As relações sociais, na visão marxista, podem ser definidas como duas classes com finalidades opostas. Neste caso, quando abordada a dominação masculina sobre as mulheres em suas formas diversas de opressão, é denominada de relação social de sexo (DEVREUX, 2011).

Deste modo, a ideia de natureza masculina e feminina, na qual a segunda era considerada, respectivamente, auxiliar da primeira, aos poucos foi se concretizando e de forma vista como natural, embora tenha sido historicamente construída e socialmente determinada. A dicotomia homem e mulher, forte e fraco, dominação e obediência foi instalada e formando as relações sociais de sexo (PACHECO, 2015).

Essa dominação masculina sobre as mulheres promoveu divisões, estabelecendo interdições e permissões às mulheres apenas nos seguintes domínios: responsável pela manutenção da família, trabalho sexual e criação dos filhos. Quanto às atividades



profissionais remuneradas, foram destinadas às profissões que mantivessem o mesmo perfil de cuidado, caridade, fragilidade e compaixão, como por exemplo: enfermeiras, parteiras, cuidadoras de idosos e, para os homens, as profissões ditas intelectuais tais como: medicina, engenharia e direito (FALQUET, 2008).

Sendo assim, esse perfil de relação de poder foi sustentado sem que houvesse quaisquer questionamentos até o século XIX, quando os movimentos feministas emergiram, consolidaram-se, ganharam força e expressão na cena política e social. Inicialmente, a luta era por melhores condições de trabalho nas fábricas, logo depois contra a invisibilidade sofrida, desalienação das relações sociais e equiparação dos direitos entre homens e mulheres (PACHECO, 2015).

Nesse período, destacam-se as filólogas marxistas Clara Zetkin, alemã, que proferiu o primeiro discurso em uma conferência denominada “Pela libertação das mulheres”, sendo a primeira mulher a defender as questões de trabalho das mulheres, assim como Rosa Luxemburgo, também alemã, mundialmente conhecida por suas ideias revolucionárias. Sua militância, criação de partido político e obras culminaram com o seu assassinato brutal, justamente por sua luta em janeiro de 1919 (FORNER, 1984; LOUREIRO, 1993).

Diante do exposto, justifica-se a importância do debate sobre esta temática, pois a enfermagem, desde seu berço até os dias atuais, é uma profissão majoritariamente feminina, tendo como consequência parte de sua contribuição tolhida no desenvolvimento de suas atividades, fato decorrente de uma cultura que promove uma concepção de inferioridade quando comparada aos homens. Debater este assunto será de extrema relevância para o fortalecimento do empoderamento e autonomia das enfermeiras em seu ambiente de trabalho.

Este estudo teve como objetivo refletir sobre a dominação masculina e os desafios de gênero na enfermagem nos dias atuais.



METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de reflexão, sendo assim não se delineou rigorosamente critérios de inclusão e exclusão. Contudo, as referências teóricas aqui utilizadas levaram em consideração a abordagem do tema, independente do recorte temporal, por entenderem que se configuram em textos clássicos ao se tratar desse assunto, trabalhos produzidos por autoras mulheres, disponíveis em sites de organizações feministas, sem fins lucrativos da sociedade civil e enfermagem, bem como nas bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES.

Os artigos reflexivos ou pensamentos reflexivos reproduzem o entendimento da real construção das experiências vividas. Para Dewey (1979), a reflexão pode ser definida como a habilidade de diferenciar o que tentamos realizar e suas consequências. Sendo assim, pensar é uma dedicação proposital, uma vez que à medida que o ser humano se envolve com o acontecimento aumenta-se a sua intensidade do conhecimento. Essa mudança pode ser chamada de reflexiva.

Foram selecionados periódicos disponíveis na íntegra, livros, dissertações e teses. A busca foi realizada no período de junho a agosto de 2022, nos idiomas: português, inglês, espanhol e francês.

Este artigo foi oriundo de reflexões e questionamentos movidos após a apresentação do seminário: Paradigmas e o papel da mulher na sociedade”, como critério avaliativo na disciplina “Bases Filosóficas e Teóricas em Enfermagem na Atenção à Saúde”, do Programa de Pós-graduação em Enfermagem, em nível de Mestrado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



A DOMINAÇÃO MASCULINA E O IMPACTO NAS PRÁTICAS DE ENFERMAGEM

Esta apresentação reflexiva está mergulhada em três aspectos fundamentais: o patriarcado, o capitalismo e a emancipação da mulher, bem como os impactos nas práticas de enfermagem nos dias atuais.

O PATRIARCADO

Para embasar esta reflexão se fez necessário uma breve discussão sobre o conceito de patriarcado à luz do pensamento de quatro autoras convidadas, são elas:

A primeira, Delphy (2015), uma feminista e materialista francesa que, em seu manifesto, realizado no ano de 1970, afirma que as mulheres podem ser definidas como classe, tendo o início de sua exploração pelo trabalho doméstico, em seus núcleos familiares, primeiro por seus pais e depois por maridos e filhos.

A segunda, Guillaumin (1978), afirma que ocorre a naturalização da opressão sofrida pelas mulheres, por intermédio dos homens e que este fato pode ser comparado facilmente ao período do regime de escravidão, em que ocorria uma apropriação de pessoas negras por brancas. Ressalta-se, também, que essa naturalização legítima levou a coisificação da mulher como algo fisiológico, justificado pelos aspectos biológicos.

Com pensamento convergente à autora anterior, Wittig (2019) traz também o patriarcado como um sistema político poderoso, que leva à reflexão da apropriação coletiva das mulheres pelos homens e da necessidade de estratégias que resultem na libertação das mulheres enquanto classe.

Por fim, a autora Saffioti (2015), referência em estudos feministas no Brasil sobre este paradigma, destaca que o capitalismo e o patriarcado resultam na mesma maneira de reproduzir a vida. O definindo como uma dominação do direito dos homens sobre os das mulheres. Sendo assim, não existe a pretensão da generalidade, mas sim uma relação de hierarquia em todos os espaços da sociedade.



Diante do exposto, observa-se que o sistema patriarcal pode ser facilmente comparado ao capitalismo, pois em ambos existe como padrão uma classe explorada constituída por mulheres e a opressora composta por homens. Embora tenha-se que considerar que, no sistema capitalista, parte da população masculina também seja explorada, há que se ressaltar que a exploração feminina tem matrizes diferenciadas (FALQUET, 2008).

O CAPITALISMO E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER

O capitalismo possui, em sua essência, como é sabido, a divisão de classes por meio da exploração de alguns sobre os outros humanos, em uma relação de dominador e dominado. Enquanto sistema econômico-social, está diretamente ligado ao sistema patriarcal que, de forma estratégica, usufrui da hierarquização da relação de dominação dos homens perante as mulheres para se fortalecer (CISNE, 2018).

Ressalta-se que mesmo com as mudanças no mundo do trabalho, a ascensão de mulheres em profissões que exijam um maior grau de escolaridade, bem como a inclusão delas em trabalhos rotulados como “trabalho masculino” e não “só trabalho de mulher”, ainda não ocorre de forma igualitária. Para Saffioti (1976), a mulher ainda é produto indispensável para o capitalismo, pois é utilizada como mercadoria barata. Destaca-se também que existe um desejo imenso pela mais-valia resultante desta competição injusta e que essas desigualdades são a reprodução do patriarcado no capitalismo.

Diante disso, vale salientar como oportuno o debate sobre a emancipação humana e a emancipação feminina, considerando-se aqui o marcador histórico dos movimentos revolucionários feministas, a partir de 1960. Esses movimentos tinham como objetivo principal a luta contra a naturalização da hierarquia estabelecida pelas relações de gênero. Esse movimento conseguiu promover uma mudança social significativa, como um marco divisor nas conquistas das lutas feministas no mundo contemporâneo (LOUREIRO, 1993).



Para Cisne (2018), a emancipação da mulher que luta pelo fim das relações de dominação e exploração do homem sobre elas está diretamente ligada à emancipação humana. As mulheres compõem a classe trabalhadora e são diferentemente exploradas. Portanto, as relações sociais de sexo merecem da sociedade mais atenção e organização política para que ocorra a compreensão de que a desigualdade sofrida pelas mulheres não é um problema isolado.

Deste modo, merece destaque também a necessidade da construção de uma cultura de igualdade social, incluindo o fim da exploração particular da mulher nos seus núcleos familiares e nos ambientes de trabalho. Mesmo sabendo que o capitalismo e a emancipação da mulher caminham em direções opostas, é importante enfrentar tais conflitos que exijam o pensamento crítico do sujeito como coletividade, para compreender que a emancipação da mulher significa a emancipação de toda a humanidade (CISNE, 2018).

O DESAFIO DE GÊNERO NAS PRÁTICAS DE ENFERMAGEM NOS DIAS ATUAIS

Os conflitos de relação de sexo estão presentes historicamente entre as atividades desenvolvidas pela enfermagem, composta predominantemente por mulheres, e as práticas médicas, com domínio principalmente masculino. O cuidado, instrumento de trabalho da enfermagem, sempre foi associado ao sexo feminino e, muitas vezes, é confundido com as obrigações domésticas ou assistência à família (COELHO, 2005).

Desta forma, essa dominação masculina proveniente de uma sociedade patriarcal e capitalista promove uma estreita relação entre o lugar social das mulheres e das enfermeiras, tendo como consequência uma assistência de enfermagem limitada.

Nesse contexto, Pereira (2000), em estudo sobre as relações de gênero entre médicos e enfermeiras, observou que essa cultura de subordinação da mulher ao homem interfere diretamente no ambiente de trabalho destas, impedindo que elas realizem modificações em suas práticas assistenciais que possam beneficiar seus clientes.



Além disso, as profissionais que oferecem resistência sofrem perseguição ou são demitidas de seus postos de trabalho.

Contudo, ainda existem as que correm o risco e conseguem realizar modificações nas formas de organização impostas por gerências médicas muitas vezes antiquadas e sem eficácia para a qualidade da assistência de enfermagem prestada, visando o bem-estar do indivíduo, família e comunidade. Vale ressaltar a autonomia das enfermeiras em relação às suas atribuições e que, por muitas vezes, preservam-se de envolvimento quanto aos problemas encontrados em seus setores de trabalho, para evitar um enfrentamento com os médicos (LOUREIRO, 1993).

Sabe-se que muito da luta contra esta hegemonia é enfraquecida pelos vínculos frágeis das enfermeiras em instituições privadas, gerenciadas por médicos e que os ambientes onde a desigualdade e opressão ocorrem com menor frequência são nas instituições públicas, locais onde estas profissionais sentem-se mais seguras para desenvolver sua autonomia profissional por possuírem estabilidade no seu cargo, mas, nestes ambientes, ainda é possível observar a inferioridade das enfermeiras quanto aos médicos.

Merece destaque, também, o conservadorismo médico quanto a questão de mudanças nos serviços partindo das enfermeiras. Para eles, é inadmissível que uma mulher, um ser inferior, responsável apenas pela execução das atividades prescritas por eles, tenha a capacidade de realizar mudanças institucionais, permitindo melhorias para o serviço e conseqüentemente para os clientes (COELHO, 2005).

Para Coelho (2005), é importante a construção da consciência crítico-reflexiva e de gênero na formação de novas enfermeiras, pois isso interfere diretamente nas práticas, promovendo profissionais mais ativas em seu ambiente de trabalho que buscam superar o paradigma de que a mulher enfermeira deve ser submissa ao homem médico.

Em resposta ao parecer sobre a manutenção da consciência de gênero para as enfermeiras, Coelho (2005), traz em seu estudo, não só a importância do pensamento



crítico-reflexivo, mas também de gênero, pois, em muitos momentos, não basta questionar apenas os procedimentos e condutas, mas também qual o papel da mulher enfermeira no processo saúde- doença. Ressaltando que o fato de ser mulher não a torna menos capacitada. A consciência de gênero fortalece a autonomia das enfermeiras a partir do momento que elas reconhecem que não podem ser diminuídas em sua profissão apenas por serem mulheres. Deste modo, torna-se extremamente necessário não só a formação de profissionais críticas-reflexivas, mas também com consciência de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proporcionou uma breve compreensão e resgate histórico sobre a origem da relação de sexo vivida pelas enfermeiras, reforçando que esse debate é desafiador e implica na necessidade de maior discussão sobre essa relação de poder vivenciada por essas mulheres em seus ambientes de trabalho, pois não é suficiente reconhecer a desigualdade sofrida, é preciso formar novas profissionais conscientes de suas capacidades, ativas no combate contra este sistema, de forma a garantir nos serviços de saúde a liberdade profissional necessária para que as mesmas consigam desenvolver suas atividades com autonomia, proporcionando assim a superação deste problema e, conseqüentemente, o fim da manutenção desta opressão por parte dos homens médicos e demais profissionais homens.

As lutas feministas proporcionaram avanços em todo o mundo, mas no âmbito da saúde, quando nos referimos a enfermagem e a medicina, ainda é preciso avançar, pois, na maioria das instituições de saúde, predominam as organizações médicas de forma hierárquica e verticalizadas, reservando para as enfermeiras lugares inferiores aos médicos. Ainda há um grande caminho a ser percorrido pela enfermagem, mas os autores acreditam que o reconhecimento da necessidade da mudança pode ser considerado como o recomeço.



REFERÊNCIAS

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. Gênero, saúde e enfermagem. **Rev Bras Enferm**, vol. 58, n. 3, p. 345-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672005000300018>. Acesso em: 21 ago. 2022.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv Soc Soci**, n. 132, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.138>. Acesso em: 06 jul. 2023.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: **Caderno de crítica feminista**. Ano V, n. 4, Recife: Provisual, 2011.

DELPHY, Christine. **Separate and dominate**: Feminism and racism after the war on terror. Trad. David Broder. Londres: Verso, 2015.

GUILLAUMIN, Colette. Pratique du pouvoir et idée de Nature. (I): L'appropriation des femmes. **Nouvelles Questions Féministes & Questions Feministes**, n. 02, p. 05-30, 1978.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e "raça" na globalização neoliberal. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, vol. 13, n. 1/2, p. 121, 2008. Disponível em: DOI:10.5433/2176-6665.2008v13n1/2p121. Acesso em: 5 ago. 2022.

FORNER, Philip S. **Clara Zetkin**: Selected Writings. New York: International Publishers, 1984.

LOUREIRO, Isabel Maria. Rosa Luxemburg: marxismo e história. **Trans/Form/Ação**, n. 16, p. 83-98, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31731993000100006>. Acesso em: 06 jul. 2022.

PACHECO, Juliana. Onde estão as filósofas na filosofia? In: PACHECO, Juliana (Org.). **Mulher e filosofia**: as relações de gênero no pensamento filosófico. 1ª Ed. Porto Alegre: Fi, 2015.

PEREIRA, Wilza Rocha. **Poder, violência, dominação simbólicos em um serviço de saúde que atende às mulheres em situação de gestação, parto e puerpério**. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: Função Perseu Abramo, 2015.



SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes-mito e realidade**. São Paulo: Vozes, 1976.

WITTIG, Monique. **As guerrilheiras**. 1ª Ed. São Paulo: Ubu, 2019. 144 p. ISBN 8571260524 9788571260528.

Enviado: 01 de Fevereiro, 2023.

Aprovado: 13 de Março, 2023.

¹ Mestranda em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. ORCID: 0000-0002-1807-4345. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1984708294972835>

² Mestranda em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. ORCID: 0000-0001-8220-2172. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7249899826003915>

³ Mestrando em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. ORCID: 0000-0001-7237-1706. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5526889363361625>

⁴ Enfermeira especialista em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade Metropolitana de Ciências e Tecnologias- FAMEC. ORCID: 0000-0002-3417-2981. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8820161392169118>

⁵ Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – USP. ORCID: 0000-0002-1491-3439. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5190926575194616>

⁶ Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – USP. ORCID: 0000-0003-2833-9762. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2068281775213576>

⁷ Orientador. Doutor em enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. ORCID: 0000-0003-0303-409X. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4740097927047538>